



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
SUPERINTENDÊNCIA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIAGNOSE DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO E CURSOS DE  
APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS: PERSPECTIVA DE CABOS E SARGENTOS  
DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO DE CABOS E SARGENTOS E CURSOS DE  
APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS

Jair Lúcio Gomes

Orientadora: Ten Cel PM Silvana Rosa de Jesus Ramos

*01/04/2013  
00010696*

Biblioteca



00010696

*8,75*



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**DIAGNOSE DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO E CURSOS DE**  
**APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS: PERSPECTIVA DE CABOS E SARGENTOS**  
**DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO DE CABOS E SARGENTOS E CURSOS DE**  
**APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS**

**Jair Lúcio Gomes**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual de  
Goiás como requisito parcial à obtenção do  
título de Especialista em Gerenciamento de  
Segurança Pública.

**Orientadora: Ten Cel PM Silvana Rosa de Jesus Ramos**

Goiânia - GO

2013

**Jair Lúcio Gomes**

**DIAGNOSE DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO E CURSOS DE  
APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS: PERSPECTIVA DE CABOS E  
SARGENTOS DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO DE CABOS E  
SARGENTOS E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade  
Estadual de Goiás como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Especialista em Gerenciamento de  
Segurança Pública:

**Após a defesa e análise do trabalho de conclusão de curso do  
candidato supracitado, o mesmo foi considerado:**

- APROVADO** com nota final \_\_\_\_.
- REPROVADO** com nota final \_\_\_\_.

---

Prof. Ms.Ten Cel PM Silvana Rosa de Jesus Ramos  
Polícia Militar de Goiás

---

Prof. Esp. Cap PM Leon Dênis da Costa  
Polícia Militar de Goiás

Goiânia - GO  
21/11/2013

**DIAGNOSE DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO E CURSOS DE  
APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS: PERSPECTIVA DE CABOS E SARGENTOS  
DOS ESTÁGIOS DE ADAPTAÇÃO DE CABOS E SARGENTOS E  
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS**

**DIAGNOSIS OF STAGES OF ADAPTATION AND COURSES OF SQUARES:  
SERGEANTS PERSPECTIVE OF CABLES AND THE STAGES OF ADAPTATION  
AND CABLES AND SERGEANTS COURSES OF SERGEANTS**

Jair Lúcio Gomes<sup>1</sup>  
Silvana Rosa de Jesus Ramos<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo visa verificar a qualidade do aprendizado e ensino, nos estágios de adaptação de cabos e sargentos e cursos de aperfeiçoamento de sargentos, em relação as suas funções conforme Lei 8033/75 e aos planos de cursos do EAC, EAS e CAS. Utilizando-se uma abordagem quantitativa para pesquisa de campos, com aplicação de questionários e entrevistas com gravação de áudio, de forma semiestruturada aos 99 policiais alunos. Buscou dividir a discussão em dois grandes grupos, dos quais: grade curricular e ambiente de aprendizado. No primeiro grupo descobriu-se que os cursos estão abaixo das expectativas dos alunos, devido a uma instrução excessivamente tradicional e ortodoxa, apoiada em muita teoria e desfocada da realidade, necessidades do policiamento e segurança exigidos pela sociedade. Bem como a necessidade de evolução para plataforma de ensino a distância no âmbito institucional. Já o segundo grupo, ambiente de aprendizado, verificou-se que uma maioria absoluta dos entrevistados acredita que o ambiente da CAPM, não é propício ao aprendizado e ensino, visto as deficiências dos fatores levantados, tais como: escalas de serviços externos, falta de materiais didáticos, militarismo excessivo, qualificação do corpo docente, deficiências na estrutura física e excesso de aluno em sala. Conclui-se que EAC, EAS e CAS, devem ser calcados em uma construção didático-pedagógica, com vistas à transversalidade de conteúdo e promoção das trocas de conhecimento entre o docente e o profissional aluno, treinamentos específicos e capacitação de policiais, como mediadores de conflitos no cotidiano.

**Palavras-chave:** Treinamento policial. Ambiente de aprendizagem. Grade curricular.

**ABSTRACT**

This article aims to assess the quality of learning and teaching in adaptation stages of corporals and sergeants and improvement courses for sergeants, regarding their duties according to Law No. 8033/75 and plans to courses EAC, EAS and CAS. Using a quantitative approach to research fields, with questionnaires and interviews with audio

<sup>1</sup> Pós-graduando do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da Superintendência da Academia Estadual de Goiás em convênio com a Universidade Estadual de Goiás.

<sup>2</sup> Orientador: Prof. Ms. Ecologia e Produção Sustentável, Polícia Militar de Goiás.

recording, so as semi-structured to 99 pupil police. Sought to divide the discussion into two large groups, of whom: curriculum and learning environment. In the first group was found that the courses are below the expectations of the pupils, because of an instruction overly traditional and orthodox, backed up by much theory and blurred reality, needs of policing and security demanded by society. Well as the need of evolution to the distance teaching platform in the scope institutional. The second group, learning environment, it was found that a absolute majority of respondents believe that the environment of the CAPM, is not conducive with learning and teaching, seen the shortcomings of the factors lifted, such as: scales of external services, lack of teaching materials, excessive militarism, qualification of faculty, deficiencies in infrastructure and excess student in classroom. It is concluded that EAC, EAS and CAS, they must be based on a construction didactic-pedagogic, with a view to transversality the content and promotion the exchange of knowledge between teacher and pupil professional, specific trainings and capacitation the in police, as conflict mediators in the everyday.

**Keywords:** Police training. Learning environment. Curriculum.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo científico visa verificar a qualidade do aprendizado e ensino, nos estágios de adaptação de Cabos e Sargentos e dos cursos de aperfeiçoamento de Sargentos da Polícia Militar do Estado de Goiás. Para tanto, deve-se inicialmente entender as funções e atributos de cabos e sargentos na polícia militar.

Conforme artigo 37, da Lei 8033 de 02 de dezembro de 1975, os cabos são essencialmente elementos de execução, logo dá o entendimento que os cabos não possuem função de comando (função definida em lei somente a sargentos, subtenentes e oficiais), no entanto e não raro, muito cabos exercem a função de comandantes de guarnição ou comandante de frações de tropa, tem ainda atribuição de cuidar do patrimônio, e principalmente as funções e atribuições de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, conforme art. 144, §5º da Constituição Federal do Brasil.

Já os sargentos, artigo 36, da Lei 8033 de 02 de dezembro de 1975, possuem funções de comando, para que com este comando, auxiliem e complementem as atividades dos oficiais, quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração, podendo, também, ser empregados na execução de atividades de policiamento ostensivo peculiares à Polícia Militar, bem como o que é prescrito pelo art. 144, §5º da Constituição Federal do Brasil.

Passada a fase do conhecimento das funções e atribuições dos cabos e sargentos, deve-se entender a que se destinam os Estágios de Adaptação de Cabos – EAC, os Estágios de Adaptação de Sargentos – EAS e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos – CAS.

O Estágio de Adaptação de Cabos, conforme Plano de Curso do EAC 2013 tem o objetivo de dotar os cabos ao conhecimento técnico-profissionais, necessários ao desempenho das funções inerentes, conforme preconiza a legislação em vigor, bem como desenvolver atitudes e habilidades necessárias ao comando de pequenas frações de tropa.

O Estágio de Adaptação de Sargentos, conforme o Plano de Curso EAS 2013, tem por objetivo dota os 3º sargentos de conhecimentos gerais e técnico-profissionais, necessários ao desempenho de suas funções de acordo com a legislação em vigor, desenvolvendo o raciocínio, a expressão oral e escrita, a disciplina, a forma física e a

capacidade de relacionamento com indivíduos e grupos sociais, bem como criar nestes a mentalidade de respeito às leis, de dedicação ao cumprimento do dever, de senso de responsabilidade e de interesse pela comunidade.

O Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, conforme o Plano de Curso CAS 2013 tem por objetivo habilitar os 2º Sargentos da Polícia Militar (2º SGT PM) ao exercício de funções pertinentes às graduações de 1º Sargento (1º SGT PM) e Subtenente, capacitando-os a:

- a) Comandar frações e aplicar as técnicas policiais militares na atividade operacional previstas no Procedimento Operacional Padrão da PMGO;
- b) Exercer atividades pertinentes a sua graduação nas diversas atividades da administração policial militar;
- c) Relacionar-se harmoniosamente com o público interno e a sociedade em geral.
- d) Orientar e fiscalizar os diferentes tipos e modalidades de policiamento ostensivo.

Logo, percebe-se que tanto os estágios de adaptação de cabos e sargentos, quanto o cursos de aperfeiçoamento de sargentos, os preparam para os exercícios de graduações futuras, no entanto para se chegar a níveis satisfatórios das funções, atributos e capacidades inerentes a estas graduações, deve haver maciço investimento no ensino e na aprendizagem policial militar, bem como a formação policial deve ser pensada como um fluxo constante de conhecimento e experiências que são recriados pelo indivíduo (Miranda, 2008).

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para uma melhor visualização e mensuração da problemática dos estágios e cursos em comento, realizou-se através de uma abordagem quantitativa, onde por solicitação, o Comando da Academia de Polícia Militar, aplicou questionários e entrevistas semiestruturadas. Onde o público alvo, eram alunos dos estágios de adaptação de cabos e sargentos (EAC e EAS) e do curso de aperfeiçoamento de sargentos (CAS).

Com intuito de facilitar a pesquisa e delimitar o estudo desejado, o questionário e as entrevistas com gravação de áudio, visavam analisar dois grupos pertinentes ao ensino e educação, dos quais: a grade curricular dos cursos e o ambiente de aprendizado.

Os dados foram agrupados em planilhas do programa Microsoft Excel – versão 2010 e através de formulas, compilados automaticamente, gerando tabelas e gráficos demonstrativos de pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No Estágio de Adaptação de Cabos – EAC, foi aplicado questionário semiestruturado, onde se verificou a existência de 33 alunos, sendo que a média aritmética da idade, era de aproximadamente 18 (dezoito) anos de serviço efetivo policial militar.

No Estágio de Adaptação de Sargentos – EAS, também foi aplicado questionário semiestruturado, onde se verificou a existência de 31 alunos, sendo que a média aritmética da idade, era de aproximadamente 22 (vinte e dois) anos de serviço efetivo policial militar.

Já o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos – CAS, além do questionário semiestruturado, foi aplicado uma entrevista também semiestruturada, onde se verificou a existência de 35 alunos, sendo que a média aritmética da idade, era de aproximadamente 23 (vinte e três) anos de serviço efetivo policial militar.

Convém informar que o questionário foi aplicado aos 99 (noventa e nove) alunos acima citados nos meses de agosto e setembro do corrente ano, no entanto a entrevista com gravação de áudio, ocorrera em apenas 5 (cinco) alunos voluntários do CAS, (gerando pouco mais de trinta e cinco minutos de gravação de áudio), devido ao seu maior tempo no serviço policial militar, bem como ser a maior graduação analisada neste artigo.

### **1 GRADE CURRICULAR**

Antes, porém, cabe informar que de forma racional e engenhosa a PMGO, instituiu o Teste de Avaliação Profissional – TAP, onde os profissionais tem a oportunidade de uma seleção interna para fins de promoção, para tanto profissional é motivado a se preparar e estudar assuntos pertinentes à atividade policial. Vale ainda, informar que a partir do ano de 2010, ficou estabelecido que os concursos públicos para provimento dos soldados da PMGO, é necessário que o candidato possua ensino superior. Isso posto, eleva o nível cultural técnico dos operadores de segurança pública, da polícia militar goiana.

Posterior à informação acima, procurou a pesquisa identificar, se os estágios de adaptação ou curso de aperfeiçoamento, atendiam as expectativas do corpo discente, quanto ao ensino e treinamento policial militar. É conveniente lembrar conforme dicionário Aurélio Século 21, versão 3.0, que expectativa é: “esperança fundada em supostos direitos, probabilidades ou promessas”.

Para tanto era consignada ao aluno somente quatro alternativas, das quais: atende, atende parcialmente, precisa melhorar e em nada atende. Onde de forma alarmante, percebeu-se ao final da compilação do questionário, há uma urgente necessidade de melhoria, conforme opiniões patenteadas na tabela 01.

Tabela 01- ESPECTATIVA QUANTO AO ENSINO E TREINAMENTO

<b>ESPECTATIVA QUANTO AO ENSINO E TREINAMENTO</b>				
<b>CURSO</b>	Atende	Atende parcialmente	Precisa melhorar	Em nada atende
<b>EAC</b>	15%	33%	52%	0%
<b>EAS</b>	6%	19%	65%	10%
<b>CAS</b>	0%	31%	66%	3%

Em análise aos gráficos acima, fica evidente que o os estágios e cursos, se apresentaram muito diferentes das expectativas internas do corpo discente, portanto bem abaixo do esperado por estes. Percebe-se ainda, certa progressão de descrédito, na porcentagem, quando os estágios e cursos transcorrem entre os cabos, 3º Sargentos e 2º Sargentos, tal fato vai ao encontro do acúmulo das expectativas frustradas, ao longo do tempo de serviço policial e a ascensão na carreira miliciana.

Seguindo, houve preocupação em verificar se havia uma distribuição equilibrada e harmônica entre o conteúdo ministrado de forma teórica e prática nas aulas dos cursos. Tendo o aluno, a possibilidade de posicionar sua resposta como: sim ou não.

De forma dominante e negativa, nota-se que há um enfoque prioritário nos conteúdos teóricos, conforme o tabela 02.

**Tabela 02 – CARGA TEÓRICA E PRÁTICA**

<b>ACREDITA QUE A CARGA TEÓRICA É DEMASIADAMENTE MAIOR QUE A PRÁTICA</b>		
<b>CURSO</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>EAC</b>	70%	30%
<b>EAS</b>	89%	11%
<b>CAS</b>	91%	9%

A instrução excessivamente tradicional e ortodoxia, nem sempre atende a realidade profissional encontrada pelo policial nas ruas, principalmente se o conteúdo apoia em muita teoria (Campos, 2009), conforme análise dos gráficos 4,5 e 6, acima. É percebido, também a mesma progressão citada anteriormente.

Seguidamente e na mesma linha de raciocínio, procurou-se descobrir se esta mesma grade curricular atende novas necessidades do policiamento e segurança exigidos pela sociedade. E novamente, outro dado dominante e negativo no ensino na PMGO, pois é entendimento dos alunos em capacitação, de que não há consonância entre o aprendizado da CAPM e as necessidades da atividade policial moderna, conforme tabela 03.

**Tabela 03 – GRADE CURRICULAR EM RELAÇÃO A ATIVIDADE POLICIAL**

<b>GRADE CURRICULAR EM RELAÇÃO À ATIVIDADE POLICIAL</b>				
<b>CURSO</b>	<b>Atende</b>	<b>Atende parcialmente</b>	<b>Precisa melhorar</b>	<b>Em nada atende</b>
<b>EAC</b>	24%	40%	36%	0%
<b>EAS</b>	3%	20%	74%	3%
<b>CAS</b>	11%	46%	43%	0%

Importante se faz salientar, conforme (Campos, 2009) os aspectos da transversalidade nas disciplinas da formação, capacitação, cursos e treinamentos policiais, norteando a harmonia e aplicabilidade entre a teoria e a prática. Tem-se ainda que não seja raro, encontrarmos policiais que passaram por cursos de formação, adaptação, aperfeiçoamento e capacitação, sem reter o mínimo de conhecimento repassado.

É condicionante para que o profissional de segurança pública adquira capacitação, confiança e segurança em sua atuação, é necessário que a instituição aja

pro ativamente, preparando-o técnica e psicologicamente. Neste sentido é imprescindível que a instituição ofereça treinamentos e as ferramentas que o aproxime das situações imitativas da realidade (Campos, 2009).

A atuação dos organismos policiais esta ligada intimamente a um treinamento eficaz, bem como o processo de formação e capacitação, com vistas a desenvolver habilidades atitude e conceitos. Por este prisma, a formação ou capacitação policial deve permear desde a análise do conteúdo programático, passando, carga horária, metodologia a ser empregada, aos aspectos relacionados à sociedade onde o policial esta inserido (Basílio, 2009).

Atualmente, a CAPM não conta com um quadro de docentes fixos, gerando uma heterogeneidade dos métodos de ensino para o fim em que se propõe. Assim a criação de um Ambiente Virtual de Aprendizado – AVA, facilitaria a transferência do conhecimento e informações, bem como proporciona ao docente manter uma comunicação mais eficiente com os alunos.

Entende Dumaresque (2004) que a implementação de um AVA, é fator determinante e auxilia em tempo e custos financeiros na formação e capacitação do operador de segurança, além de corroborar com o ensino, objetiva a exploração de recursos disponíveis, a interação entre professores e alunos, de igual forma o atendimento e acompanhamento destes. Logo, pode-se caracterizar o ensino à distância com sendo um modelo democrático, que amplia o acesso à educação.

Neste prisma, entende-se a educação online como um conjunto de ações de ensino-aprendizagem, com uso de meios telemáticos, videoconferências e teleconferências. Tem como característica marcante o baixo custo de investimento e processo educacional voltado ao aluno.

O Ensino à Distância – EAD, não é um ambiente “solto”, pois conta com atendimento de tutores, que imprimem aulas regulares, miniconferências, seminários ou ainda, são moderadores de debates, podendo ainda existir tutorias por telefone, e-mails ou encontros ocasionais.

Essa nova realidade traduz o fato de que o volume de conhecimento experimentado nas últimas décadas é tão significativo que nem o docente, nem o aluno são capazes de adquiri-lo ou gerenciá-lo nos moldes tradicionais. Vez que o ensino à distância é capaz de atingir um enorme contingente de colaboradores em localidades diferentes, ser flexível e melhorar a qualidade de aprendizagem e diminuir os custos. E

ainda atender as necessidades do aluno, pois estes estão cada vez com menos tempo disponível e mais distante geograficamente.

Contudo o maior obstáculo à implementação desse tipo de ensino é a cultura organizacional, principalmente no meio militar, e por diversas razões: medo da mudança, a necessidade de atuação proativa (ao invés de passiva) e a baixa alfabetização digital dos funcionários. Este último pode estar relacionado ao fato de que grande número de pessoas não tem computador em casa, além de estarem habituadas à utilização de material impresso para estudo.

A Educação à Distância é regida por leis e normativas, tais como o Decreto nº 2494 de 10 de fevereiro de 1998, onde em seu art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Ou ainda a lei nº 9.394/1996, caput, Art. 80 “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Regulada pelo Decreto nº 5.622/05, onde:

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

- a) Técnicos, de nível médio;
- b) Tecnológicos, de nível superior;

Ante ao exposto a cerca do AVA em relação à implantação na PMGO, há de se observar que por ser uma instituição militar, ainda possui em sua estrutura, a grande influência histórica dos 155 anos de existência, bem como por ser o militarismo conhecido como uma profissão castrense, voltada para a hierarquia e disciplina, passou-se durante muito tempo caminhando lentamente em direção às novas tecnologias e ideias inovadoras. Neste mesmo sentido, por ser a *gloriosa* possuidora de inúmeras tradições, a torna fechada e mais difícil a implantação de novas formas de aprendizado.

Porém de forma um tanto quanto discreta, a PMGO utiliza em alguns cursos a plataforma do Ensino a Distância – EAD, via Secretaria Nacional de Segurança Pública

– SENAP, exemplo disso, pode ser verificado no CAS, onde conta quatro disciplinas *online*, via EAD – SENASP, 60 tempos cada, totalizando 240 tempos.

## 2 AMBIENTE DE APRENDIZADO

É muito importante e condicionante ao processo de aprendizagem, o ambiente onde a aprendizagem ocorre, pois este ambiente deve reunir as condições adequadas, para a transferência do conhecimento. Para tanto a pesquisa, novamente retornou dados inquietantes, pois EAC – 70%, EAS – 100% e CAS – 83%, acreditam que o ambiente é inadequado, conforme tabela 04.

Tabela 04 – AMBIENTE DE APRENDIZADO

AMBIENTE ADEQUADO DE APRENDIZADO		
CURSO	Sim	Não
EAC	30%	70%
EAS	0%	100%
CAS	17%	83%

Ante aos dados chegados pelos gráficos acima, tornou-se imperioso a busca pelos motivos que tornam o ambiente da Academia de Polícia Militar, tão inapropriado a aprendizagem e transferência de conhecimento. Seguidamente elencaram-se algumas possíveis causas que foram expostas a pesquisa de campo, das quais: escalas de serviços externos, falta de materiais didáticos, militarismo excessivo, qualificação do corpo docente, deficiências na estrutura física e excesso de aluno em sala de aula. De forma que se chegou a informações, conforme tabela 05.

Tabela 05 – AMBIENTE INADEQUADO A APRENDIZAGEM  
TORNAM O AMBIENTE INADEQUADO AO APRENDIZADO

CURSO	Escalas de serviço externo e/ou interno	Falta de materiais didáticos	Militarismo exagerado	Docentes despreparados	Estrutura física inadequada	Excesso de alunos em sala
EAC	39%	29%	13%	4%	11%	4%
EAS	29%	16%	16%	8%	16%	15%
CAS	32%	24%	19%	9%	12%	4%

Em análise aos gráficos se percebe que o maior óbice no ambiente de aprendizado é o desvio de finalidade na formação e capacitação, vez que utilizam dos

alunos para suprir deficiência de ordem gerencial (manutenção da limpeza e conservação dos quartéis), prática esta que culmina com conclusão de cursos onde os profissionais demonstram deficiências cognitivas, operacional e dificuldades de interação com os óbices emergenciais de relacionamento com a sociedade. De igual forma os utilizam para suprir deficiência de policiamento e recursos humanos, falta de efetivo policial. Conforme algumas declarações;

“...Deveriam sim fazerem realmente uma reciclagem, serem alunos dentro de salas de aula e não uma reserva de policiais utilizados , para suprir uma deficiência de policiamento na capital...  
...Se realmente estivéssemos aqui para adquirir conhecimento seria muito proveitoso, mas nos massacram com escalas externas, para suprir a deficiência da polícia...  
...As escalas que eu as chamo de escalas escravas, parece que vale aquele ditado, somos superiores ao tempo e ao vento. Como aprender e se dedicar, com tanto cansaço...  
...um dos fatos mais gritante, fazer faxina na academia nos serviços internos, já passou da hora de terceirizar para uma firma de limpeza na academia...”

O segundo maior óbice e a falta de materiais didáticos, isso compromete drasticamente o desenvolvimento da vida educacional do profissional, além de compromete a metodologia utilizada pelo docente para ministrar as aulas. De certa forma pode ser causa de motivos que levam os alunos a gostar ou não gostar de determinada disciplina e ainda dificulta a aprendizagem, contribuindo para o fraco aproveitamento. Conforme se nota na seguinte declaração:

“...Quanto aos materiais didáticos, muitos instrutores são prejudicados porque preparam suas exposições teóricas em “slides” e os equipamentos com defeitos são colocados em sala e as vezes nem possuem...”

Materiais didáticos adequados facilitam o acesso aos novos conhecimentos, servem também de base para novas adaptações aos sistemas variados de transmissão de conhecimento, de maneira a melhorar, transferir e transformar os fatores complicados em algo mais acessível e sedimentados, transformando a teoria em prática.

Seguidamente se percebe que o militarismo exagerado também se torna obstáculo ao aprendizado, vez que reforça a cultura burocrática, e, portanto privilegia a divisão de trabalho, o respeito à hierarquia e a autoridade (Guimarães,2004).

Porquanto as instituições policiais não sabem ao certo o que priorizar e formar, priorizar a hierarquia e disciplina, cujo foco e a formação de policiais para obedecer ordens ou formar policiais mediadores de conflito, onde este deve estar preparado para solucionar problemas e tomar decisões.

Outra barreira ao aprendizado nas organizações militares é a infraestrutura física deficiente, vez, ser o espaço destinado ao ensino parte fundamental para a formação e capacitação do ser humano. A busca da harmonia entre o aluno e o ambiente de aprendizado é uma questão que deve ser cuidadosamente relacionada, devendo, portanto haver uma interação entre espaço físico, atividades pedagógicas e comportamento humano.

Prova disso é que a simples observação da disposição das cadeiras (carteiras escolares) pressupõe a forma que será a ocupação do local. Exemplo disso, tem-se que a disposição das cadeiras em círculo sugere que ocorrerá uma discussão na qual é esperada a participação de todos, carteiras enfileiradas voltadas para o docente, pressupõem aula expositiva; mesas próximas entre si, formando blocos maiores, indicam a realização de trabalhos em grupos, entre outros.

O ambiente onde se desenvolve o ensino, deve ser visto como uma das mais altas prioridades, visto atenção que deve existir na relação dinâmica do usuário e ambiente, que deve estar em constante movimento de reconstrução. Logo, percebe-se que comumente as instituições de ensino (principalmente do meio militar), possuem problemas ligados ao sistema construtivo, topografia e implantação do edifício, sem previsão para futuras ampliações, segurança, paisagismo, conforto ambiental e comunicação visual.

**Beltrame MB e Moura GRS**, acreditam que condições desfavoráveis de conforto ambiental (temperatura, luminosidade e acústica) são causa de mau desempenho do corpo discente, comprometendo o bem estar das pessoas que estão nesses ambientes, incluindo os docentes. Assim quanto melhor forem as condições de conforto, principalmente térmico, nos ambientes de uma edificação, melhor será o desempenho e o aproveitamento didático dos alunos, por isso tornam-se necessárias as constantes análises e avaliações do ambiente construído.

Por esta ótica, ressalta-se a importância do espaço de ensino no desenvolvimento da aprendizagem, das relações pessoa-ambiente e da preocupação com a definição dos lugares que contribuem para a formação da identidade pessoal e de competências a serem desenvolvidas individualmente.

Por vezes, as instituições de ensino, pouco valorizam suas bibliotecas, esquecendo, assim, que estas tem a função de complementarem a formação cultural e científica dos discentes. Para que as bibliotecas possam desempenhar o seu papel, é necessário contar com um espaço físico, recursos humanos e materiais adequados, devendo ainda, ser um ambiente de livre acesso e sem qualquer tipo de pressão ou constrangimento.

Em relação ao ambiente de aprendizagem, por fim, tem-se que é muito importante pensar no conforto do ambiente em relação ao espaço físico. Verificando elementos como acústica, temperatura, distribuição da mobília em sala de aula, áreas comuns, biblioteca, quadras esportivas e outros que são relevantes para formação do corpo discente. Tudo com fito de não só a melhoria do desempenho do aluno, mas também levando em conta a saúde dos usuários e propiciar a interação professor/aluno.

Outro ponto levantado pelos alunos diz respeito ao número de alunos por sala de aula. Buscou esta pesquisa por monografias ou outros trabalhos que apontassem a este respeito, no entanto apenas encontrou matéria publicada por Guimarães na Revista Super Interessante que: Qual o número ideal de alunos por sala de aula? Para tentar responder a essa pergunta, a revista Scientific American, promoveu uma discussão entre quatro pesquisadores americanos. Realizaram uma série de estudos que relacionam o número de alunos por sala com o desempenho acadêmico, no entanto todos admitem que ainda seja cedo para tirar conclusões.

Para **Ronald Ehrenberg (conforme a revista acima)**, professor da Universidade de Cornell, classes menores têm levado a resultados mais significativo, pois uma sala de aula menor significa maior chance de integração social e, conseqüentemente, melhor desempenho acadêmico.

A conclusão mais relevante do estudo, contudo, é que a simples redução do número de alunos por sala não é condição suficiente para melhorar o nível de ensino. Pois em grande parte, o aprendizado esta na forma como a docente ministra suas aulas, no entanto se este apenas o faz fiel ao método tradicional de ensino, baseado em aulas meramente expositivas, o efeito tende a ser desprezível, ou seja, uma sala com muitos ou poucos alunos o rendimento é baixo e praticamente o mesmo, nas duas situações.

Em seu art. 25, a Lei de Diretrizes e Bases, (Lei nº 9.394/96), "Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número

de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento”. Trocando por miúdos, a legislação se fez omissa e deixou a cargo das instituições de ensino estabelecer o número de aluno/sala/docente.

Por derradeiro, em relação ao número de alunos por sala de aula, é apenas um referencial, que não deve ser avaliado isoladamente, vezes que turmas menores ou maiores não garantem a qualidade do ensino, muito menos balizam o desenvolvimento social, em tempo: nos Estados Unidos, as salas têm em média 24 alunos; e na Califórnia são apenas 20.

Por ultimo e não menos importante, entre os itens pontuados como comprometedores ao bom desempenho dos alunos do EAC, EAS e CAS, diz respeito à qualificação do corpo docente.

O desafio ao exercer a docência, deve buscar a construção e a síntese entre os saberes científicos e pedagógicos do docente.

Muitos dos profissionais que atuam na docência, tornaram-se professores da noite para o dia, dormiam profissionais e especialistas em sua área e acordaram professores. No entanto, por mais excelência que possuam em suas áreas de atuação, isso por si só, não dá a garantia que igual performance e peso na construção dos significados, dos saberes, das competências, dos compromissos e habilidades referentes a docência.

Comumente o docente depois de estabelecida a disciplina de atuação, recebe ementas prontas, planeja individual e solitariamente. Logo, de um modo geral, os resultados obtidos não são objetos de estudo ou análise de curso, a menos que advenham situações negativas, como: altos níveis de reclamações, notas ruins ou reprovações. De forma que nessa condição ocorre a efetivação de uma profissão e ficam entregues a própria sorte. Neste sentido, tem-se atuando em salas de aulas, profissionais competentes em suas diversas áreas de atuação, como pleno domínio dos saberes científicos, sendo desafiados a se construírem-se como professores, com estatutos, características, compromissos e procedimentos próprios, a serem aprendidos, questionados e constantemente reformulados (Anastasiou, 2002).

Visando ilustrar tais situações alarmantes, verificaram-se as formações acadêmicas ou cursos voltados para a docência dos instrutores (docentes), que atuam no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, onde consta que apenas 1,7% dos instrutores possuem somente curso de graduação na área da docência, 3,3% possuem somente especialização na área da docência e apenas 25% possuem

somente cursos internos da PMGO, voltados ao ensino ou instrução. Logo. Percebe-se que apenas 30% dos instrutores se encontram preparados didaticamente para a docência e 70% não possuem os saberes pedagógicos para ministrarem aulas.

Por outro lado, o aprendizado não é apenas responsabilidade do docente, mas também da postura/visão adotada pela instituição de ensino.

A instituição de ensino, enquanto *instituição social* é aquela caracterizada com ações e práticas sociais, pautadas na ideia do conhecimento guiado pelas necessidades e logica, no que se refere à descoberta e invenção, quanto à transmissão do conhecimento. Sendo que nesta, do docente é exigido, pesquisa e o produto (aprendizagem) deve ser socializado no ensino e em uma ação docente comprometida e competente.

Oposto a isto, tem outros dois tipos de instituições de ensino, das quais: *entidade administrativa*, atua conforme um conjunto de regras e normas desprovida de conteúdo particular, formalmente aplicados, tendo sua eficácia medida com referência à gestão de recursos e estratégia, não priorizando o compromisso quanto ao conhecimento e a formação intelectual, se restringe a “dar a conhecer para que não se possa pensar.” Por ultimo tem-se a *entidade operacional* em que a formação do profissional se resume a transmissão rápida de conhecimentos, habilitação rápida com fim de entregar o profissional ao mercado de trabalho (sociedade), restringindo-se ao papel de adestramento e treinamento. Assim, percebe-se que para atuar nestes dois últimos tipos de entidades de ensino, o professor age apenas como um “dador de aula” – transmissor de informações, sendo desnecessária a profissionalização do docente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade democrática o agente de segurança deve funcionar como garantidor da dos direitos do cidadão, de modo nos estágios de adaptação e aperfeiçoamento os sargentos e os cabos, se tenha o foco da formação e treinamento seja nestas bases. Logo fica patenteado que a CAPM não prepara seus profissionais enquanto alunos para interagirem com essa sociedade. Revela ainda que por falta de referenciais teóricos para treinamento, muitos cabos e sargentos se sentem inseguros para atuarem de forma eficiente no serviço policial. Aliados a isto, tem-se que poucas

foram às melhorias em infraestrutura e capacitação do corpo docente. Nesta mesma linha, verifica-se ainda conforme (Campos, 2009), que estes mesmo o agente de segurança pública, possui um bom armamento e equipamento adequado ao enfrentamento, estes deveriam ter boa formação, capacitação e treinamento, para só assim ter desempenho satisfatório na ação policial. E assim, tendo em vista os aspectos observados, para se quebrar alguns paradigmas, conforme entendimento (Miranda, 2008), é necessário promover uma construção didático-pedagógica, com transversalidade de conteúdo e promover a troca de conhecimento entre professor e alunos e formem policiais voltados à defesa do cidadão e que saiba usar a força nos limites legais, utilizando a mediação de conflitos no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

1. Anastasiou LGC. Construindo a docência no ensino superior: relação entre saberes pedagógicos e saberes científicos. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves et al. Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Goiânia: Iternativa; 2002. P.173-187.
2. Basílio MP. A diagnose do processo de formação dos operadores de segurança pública do estado do rio de janeiro: a perspectiva do soldado policial militar. Alcance. 2009;16(3):358-374.
3. Beltrame MB, Moura GRS. Edificações escolares: infra-estrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar. Travessias. 2009; 3(2): 1-15.
4. Brasil. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>.
5. Campos AF. A educação androgógica e a instrução operacional polícia brasileira. REBESP. 2009; 2(1):13-15.
6. Campos AF. A qualificação do policial operador de segurança pública. Goiânia; 2009.
7. Dumaresq APSD. A importância de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para a formação dos alunos oficiais da Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade. 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/33047>.
8. Guimarães R. A escola ideal: criar um vencedor a qualquer custo ou um cidadão ético? Qual é o melhor sistema de ensino para seus filhos? Super. 2003; 189(b).

9. Guimarães TA. Ambiente de aprendizagem e cultura em organizações: estudo de caso em organização militar. Ver. Adm. 2004; 39(3):231-241.
10. Miranda APM. Dilemas da formação policial treinamento, profissionalização e mediação. Educação profissional: ciência e tecnologia. 2008; 3(1):67-76.